



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

O MUNICÍPIO BALNEÁRIO PINHAL/RS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 01.611.339/0001-97, com sede na Avenida Itália nº 3.100, Bairro Centro em Balneário Pinhal/RS, CEP 95.599-000, neste ato representado por sua Prefeita MARCIA ROSANE TEDESCO DE OLIVEIRA, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia **06 de junho de 2018, às 14:00h**, na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal/RS, serão recebidos os envelopes de proposta e documentação para a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, visando aquisição de transporte escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2.002, Decreto Municipal nº 056/05, (que adota a modalidade de licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Pública Municipal), pela Lei Complementar nº 123/2006 e com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e pela aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e condições previstas no Edital e seus anexos, mediante as seguintes condições:

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação serviços para transporte escolar dos alunos da rede Municipal de Ensino, conforme segue:

Item	Descrição do Serviço	Estimativa Anual	Unid.	Valor máximo por Km rodado
01	Transporte escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, passando pelas escolas Municipais e Estaduais, dentro do Município de Balneário Pinhal/RS.	240.000	Km rodado	R\$ 4,85
02	Transporte escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, para viagens pedagógicas intermunicipais.	25.000	Km rodado	R\$ 4,95





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

1.2. ANTES DA LICITAÇÃO

A empresa deverá disponibilizar os veículos, para vistoria da equipe da Secretaria Municipal de Educação, sob pena de não poder candidatar-se à Licitação. Os documentos dos veículos deverão ser apresentados no ato da vistoria. A empresa só estará apta se passar na vistoria. A vistoria será realizada na Garagem da Prefeitura – Distrito do Magistério em data e hora previamente agendadas pelo fone: (51) 3682 2051 – 3682 2203

1.3. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidades executivas de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

- a) Registro como veículo de passageiros;
- b) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- c) Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- d) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- f) Cintos de segurança em número igual à lotação;
- g) Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

1.4. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

1.5. O disposto neste capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

Exigências Veículos

- Veículo equipado com tacógrafo e comprovante de aferição do mesmo;
- Veículo equipado com cinto de segurança em todos os assentos;
- Veículo registrado como "Veículo de Passageiros";





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

- Veículo com ano de fabricação igual ou inferior a 20 (vinte) anos, ou seja, veículo fabricado a partir de 1998;
- O veículo estará sujeito a vistoria, durante o contrato, sem prévio aviso, pelos responsáveis do objeto licitado.

Exigências motoristas:

- Idade superior a 21 anos;
- Habilitação na categoria D;
- Curso de qualificação de transporte escolar e de passageiros;
- Não ter cometido nenhuma infração de trânsito grave ou ser reincidente em infração leve;
- Certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.

Exigências da Empresa

- Obrigatoriedade de "monitor/aux. Disciplina" em cada linha/veículo;
- A linha/rota/motorista, estará sujeita ao controle diário e conferência dos Km rodados tanto na saída, quanto na chegada de cada linha, inclusive nas viagens para fora do Município; esse controle será realizado por meio de planilhas.

2 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

2.1. Para participação no certame, o licitante, além de atender ao disposto no item 6.1. deste Edital, deve apresentar a sua proposta de preço e documentação para habilitação em envelopes distintos, lacrados e ostentando em sua parte frontal, o seguinte:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018 – 06/06/2018 – 14h00min
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PINHAL
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA
Nome da Empresa:

b) PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018 – 06/06/2018 – 14h00min
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PINHAL
ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO
Nome da Empresa:





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

2.2. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro diretamente, ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado nos moldes do **Anexo I** deste Edital, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

2.2.1 A licitante deverá apresentar, juntamente com o documento de credenciamento, **FORA DOS ENVELOPES**, o **Termo de Vistoria - Anexo VII** deste Edital).

2.3. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes a presente licitação.

2.4. Para fins de cumprimento da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar certidão simplificada do enquadramento de ME ou EPP expedida pela junta Comercial, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição ou declaração afirmada por seu representante legal e por seu contador, sob as penas da Lei, e que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, para usufruírem os direitos de preferência previstos na respectiva Lei, **Modelo Anexo V**.

(Apresentar declaração juntamente com o documento de credenciamento **FORA DOS ENVELOPES**).

2.5 As cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 5.17, 6.3, 6.4 e 6.5 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra no limite de receita referido acima.

3 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

3.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA e nº 02 – HABILITAÇÃO.

3.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

3.3. A seguir, a Equipe de Apoio realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

3.4. Em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, o representante legal credenciado apresentará nos moldes do **Anexo II** deste Edital, FORA DOS ENVELOPES, declaração que sua representada cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no Edital, sob pena de não-aceitação de sua proposta pelo Pregoeiro.

3.5. Posteriormente verificado o não atendimento dos requisitos previstos para habilitação, conforme declaração apresentada na forma do item anterior, sujeita-se a licitante às penalidades constantes deste Edital.

A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada por fora do envelope da proposta: Contrato Social ou Declaração de Firma Individual; Procuração ou Termo de Credenciamento do ANEXO I, Termo de Vistoria - ANEXO VII, Declaração ANEXO V e Declaração ANEXO II.

4 – DA PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente datilografada ou impressa por processo eletrônico, rubricadas, obrigatoriamente sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sendo a última folha datada e assinada por responsável da empresa, em envelope lacrado, devidamente identificado na forma do subitem 2.1.a, deste Edital, constituindo o envelope PROPOSTA, os seguintes dados:

a) razão social completa da licitante, número do CNPJ, Fone e e-mail (se houver), dados bancários e pessoa responsável;

b) preço ofertado para o objeto, indicado em moeda corrente nacional, até duas casas decimais após a vírgula, conforme legislação vigente, contendo as descrições do objeto ofertado que contemple as exigências deste Edital. No referido preço deverão estar incluídas impostas, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias,





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o cumprimento do objeto deste; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;
c) O prazo previsto para o início dos serviços ora licitado é imediato, após a solicitação da secretaria requerente;

d) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17.07.2002.

4.1.1. A licitante que apresentar proposta com valor superior ao constante no Quadro de Preços do item 1.1. será desclassificada;

4.1.2. Na omissão dos dados especificados na alínea "a" do subitem 4.1, considerar-se-á o constante da documentação de Habilitação; e, no caso das alíneas "c" e "d", os prazos e disposições constantes neste Edital, sem que importe em desclassificação da empresa;

4.1.3. A omissão de dados ou documentação solicitadas na alínea "b" do subitem 4.1, importará a desclassificação da empresa.

5 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento (10%) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

5.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 5.1., poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

5.3. No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

5.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

5.5. A oferta dos lances será efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, considerando o preço unitário, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida à disputa para toda a ordem de classificação.

5.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate, bem como em valores com mais de duas casas decimais após à vírgula.

5.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item DAS PENALIDADES, deste Edital.

5.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

5.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

5.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

5.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores orçados, decidindo, motivadamente, a respeito.

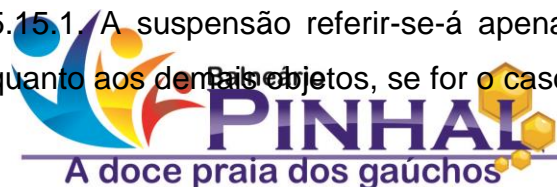
5.12. Sendo considerada aceitável a proposta da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá, à verificação quanto à habilitação, conforme o previsto neste Edital.

5.13. No julgamento das propostas considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos, o menor preço, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores ofertados.

5.14. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada, pelo Pregoeiro, ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com o Edital, distinguindo-se, quando for o caso, as peculiaridades de cada item do objeto lícitado.

5.15. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Pregoeiro.

5.15.1. A suspensão referir-se-á apenas quanto ao item questionado, prosseguindo-se quanto aos demais objetos, se for o caso.





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

5.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

5.17 Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem a este edital.

6 – DA HABILITAÇÃO

6.1. Serão habilitadas na presente licitação as empresas que em envelope contendo a “HABILITAÇÃO”, identificado na forma do subitem 2.1. “b”, deste Edital, apresentarem os seguintes documentos:

6.1.1. Comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica apresentando a seguinte documentação:

6.1.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (requerimento de empresário);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

6.1.1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Certidão Negativa de Débito das Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- b) Cartão de identificação da Receita Federal - CNPJ;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.1.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e análise das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a.1) As empresas que não tenham concluído seu primeiro exercício social poderão apresentar o balanço de abertura acompanhado de balancete certificado por contador ou contabilista da licitante devidamente inscrito no órgão de classe representante;

a.2) Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a administração reservar-se-á o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço patrimonial foi transcrito;

a.3) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados pelo (s) representante(s) legal(is) e por contador ou contabilista da licitante devidamente inscritos no órgão de classe competente.

a.4) As ME e EPP são dispensadas de apresentar balanço patrimonial, devendo entregar balanço de final de ano ou, em caso de não ter concluído seu exercício, apenas deverão entregar o balanço de abertura.

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo de vigência de no máximo 90 (noventa) dias.

6.1.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A proponente deverá apresentar, no mínimo, CRV de 05 (cinco) veículos, sendo no mínimo 02 (dois) com acessibilidade a portadores de necessidade especiais e:

a.1) Certificado de Registro de Veículo - CRV, que deverá ter no mínimo 38 (trinta e oito) lugares para passageiros, sendo o CRV em nome da empresa proponente, vedado a apresentação de contrato de locação e contrato de compra e venda como substituto do CRV;

a.2) O veículo deverá, obrigatoriamente, ser destinado ao Transporte Escolar (espécie tipo/transporte escolar);

a.3) Apólice de Seguro do veículo constando que o veículo se destina a transporte escolar;

b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (CFB, Art. 7º, inciso XXXIII, c/c a Lei nº 9.854/99), **Modelo Anexo VI**;

c) Declaração de inexistência de fatos impedimentos e de que não foi declarada inidônea,





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

conforme modelo sugerido no **Anexo IV**;

- d) Laudo de Vistoria para transporte escolar, emitido pelo DETRAN, dos veículos que prestarão o serviço;
- e) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro funcional, no mínimo, 04 (quatro) profissionais habilitados com carteira de habilitação na categoria 'D' ou 'E', comprovando a sua condição de motorista profissional, com cópia do comprovante de vínculo empregatício ou contratual do motorista com o licitante, bem como curso de transporte coletivo e de escolares;
- f) Comprovante de seguro contra danos materiais e pessoais para passageiros;
- g) Comprovante de Aferição de tacógrafo;
- h) Declaração que o veículo atende as exigências da Portaria DETRAN/RS nº 115, de 08 de abril de 2013 firmada por engenheiro mecânico regularmente habilitado;
- i) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por órgão público ou privado, que já prestou ou presta serviços de transporte escolar;
- j) Comprovação de que a empresa proponente dispõe de local para estacionamento e manutenção dos veículos durante a operações dos serviços no Município de Balneário Pinhal/RS;

6.2. Os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada em tabelionato ou pelos servidores do Departamento de Licitações desta Prefeitura, ou, ainda, extraídos da internet, quando a sua expedição for realizada mediante uso da tecnologia da certificação digital, ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

6.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrição.

6.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas, cooperativas e EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério deste órgão, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

6.5 No caso de ocorrência do disposto no item 6.3 e 6.4, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame,



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

6.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a este órgão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação e adjudicação do objeto, ou revogar a licitação.

6.7. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

7 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Até 02 (dois) dias antes da data fixada, para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão presencial para registro de preços.

7.2. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de razões, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo decorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade superior.

7.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.

7.8. A licitante que convocada para assinar o contrato deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

8. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

8.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

8.2. O prazo de que trata o item anterior pode ser prorrogado uma vez pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item 8.1.

8.3. O contrato a ser firmado com o vencedor da licitação terá vigência a contar da data de sua assinatura, até a data de 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, limitados a 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

8.4. No momento da assinatura do Contrato será exigido do licitante vencedor os seguintes documentos:

a) Motorista que satisfaça as exigências previstas nos arts. 138 e 329 do CTB:

a1) maior de 21 anos;

a2) comprovante da realização do curso especializado para condutores de transporte escolar, nos termos da resolução 168/2018 do CONTRAN;

a3) carteira de habilitação categoria D;

a4) apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;

a5) não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses

b) Veículo que satisfaça as seguintes exigências:

b1) Laudo Técnico de vistoria realizado em Centro de Inspeção Veicular e assinado por Engenheiro Mecânico, atestando que o veículo está apto para o transporte de escolares, correndo as despesas às expensas do licitante vencedor/contratado e deverá ser renovado a cada 6 (seis) meses;

b2) Laudo técnico de vistoria emitido pelo DETRAN/RS (CRVA), como condição para a prestação de serviço, às expensas do licitante vencedor/contratado e deverá ser renovado a cada 6 (seis) meses;

b3) Cópia da apólice de seguro do veículo, que contemple a cobertura das indenizações;



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

8.5 A fiscalização dos serviços prestados pelo licitante vencedor da presente licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação ou por outro órgão competente que por ventura venha a ser criado no Município.

9 – DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O prazo previsto para o início dos serviços ora licitados é imediato após a assinatura do Contrato Administrativo.

9.2. Os pagamentos serão efetuados até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços e conforme autorização de pagamento emitido pela Secretaria requerente.

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos necessários para à execução da presente contratação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

0603 12 361 0114 2018 339039 00000000 0020

0603 12 361 0114 2018 339039 00000000 0031

0603 12 361 0114 2018 339039 00000000 1025

11 – DAS PENALIDADES

11.1. A recusa do adjudicatário em assinar o instrumento contratual assinalado no subitem sujeita-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

11.2. O inadimplemento total ou parcial do objeto sujeitará a contratada à multa de 20% (vinte por cento) aplicável sobre a parcela inadimplida.

11.3. O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará a contratada à multa de 5% (cinco por cento) do valor total da obrigação.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

11.4. Na forma disposta no artigo 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, além das penalidades pecuniárias previstas neste Edital, a contratada estará sujeita à sanção de advertência, prevista no inciso I do artigo supramencionado.

11.5. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com o Município, e ser descredenciado do Sistema de Registro Cadastral, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável do licitante;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do Contrato;
- h) falhar na execução do Contrato.

12.6. Na aplicação das penalidades previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

12.7. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.

13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas, por escrito, ao Setor de Licitações, mediante requerimento das empresas interessadas, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

13.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Setor de Licitações.

13.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de telefone.





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

13.4. O Município Balneário Pinhal/RS se reserva ao direito de, conforme suas necessidades, adquirir ou não parcial ou total estimado do objeto descrito neste Edital.

13.5. Durante o período de vigência do Contrato os valores serão irrevogáveis, salvo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro conforme previsto no artigo nº 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e desde que apresentados documentos comprobatórios.

13.6. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Modelo de Credenciamento;
- b) Anexo II – Modelo de Declaração em atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002;
- c) Anexo III – Minuta de Contrato;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo e de que não foi declarada inidônea;
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006;
- f) Anexo VI – Modelo de Declaração que não emprega menor;
- f) Anexo VII – Termo de Vistoria.

13.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tramandaí/RS, para dirimir questões oriundas desta licitação, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.8. Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Licitações deste Município, no endereço mencionado anteriormente, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, pelo e-mail licitacao@balneariopinhal.rs.gov.br, ou pelo telefone (51) 3682-0188 ramais 205 e 246.

Balneário Pinhal/RS, 16 de maio de 2018.

MARCIA ROSANE TEDESCO DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

ANEXO I

MODELO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2018.

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Balneário Pinhal/RS, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2018, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, ____ de _____ de 2018.

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA
DO SÓCIO OU PROPRIETÁRIO

Apresentar FORA DOS ENVELOPES



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2018

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO
INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002**

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, declaramos que a empresa _____, CNPJ nº _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018, do Município de Balneário Pinhal.

_____, _____ de _____ de 2018.

**CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE CREDENCIADO**

Este documento deverá ser preenchido e anexado FORA DOS ENVELOPES



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO BALNEÁRIO PINHAL, pessoa jurídica de direito público interno, criado pela Lei nº 10.670 de 28 de dezembro de 1995, com sede na Avenida Itália, nº 3100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.339/0001-97, representado neste ato pela Prefeita MARCIA ROSANE TEDESCO DE OLIVEIRA, com poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO e a Empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, com sede no Município de...../..., na Rua....., nº..... CEP....., neste ato representada por.....CIC/MF nº....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e pactuado entre si, o presente contrato de serviço de transporte escolar, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações instituídas pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais legislação e alterações :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1. Prestação de serviços para transporte escolar dos alunos do sistema Municipal de ensino, nas quantidades e de acordo com as especificações técnicas previstas no termo de referência do edital, em até 12 (doze) meses, de acordo com as requisições expedidas pela respectiva Secretaria.

Item	Descrição do Serviço	Estimativa Anual	Unidade	Valor máximo por quilômetro rodado
01	Transporte escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, passando pelas escolas Municipais e Estaduais, dentro do Município de Balneário Pinhal/RS.	240.000	Km rodado	R\$ 4,85
02	Transporte escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, para viagens pedagógicas intermunicipais.	25.000	Km rodado	R\$ 4,95





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços serão executados conforme determinado pelo MUNICÍPIO, após emissão da ordem de serviço pela Secretaria requerente, conforme segue:

2.2. O contratado deverá obedecer as disposições estabelecidas para o transporte de estudantes contidas no Código Brasileiro de Trânsito.

2.3. Serão de responsabilidade do contratado todos os encargos com a manutenção do veículo, combustíveis, lubrificantes, todas as despesas com a adequação do veículo com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o MUNICÍPIO, de qualquer obrigação subsidiária ou solidária.

2.4. É totalmente vedado o transporte de passageiros que não sejam alunos regularmente cadastrados junto a Secretaria Municipal de Educação.

2.5. São requisitos necessários dos condutores, para prestarem os serviços objeto deste contrato, entre outros determinados pela legislação:

- a) Idade superior a 21 anos;
- b) Habilitação na categoria 'D';
- c) Não ter cometido nenhuma infração grave ou ser reincidente em infração leve;
- d) Portar sempre consigo, para fins de fiscalização, certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.

2.6. O veículo utilizado para a prestação dos serviços deverá estar equipado obrigatoriamente com tacógrafo.

2.7. O licitante vencedor deverá observar o respeito à legislação quanto a proibição do consumo de cigarros, bebidas e congêneres no interior do veículo.

2.8. O licitante vencedor deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos alunos, conforme estabelecido pela minuta do contrato, respeitando de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, devendo para tanto, procurar modernizar seus veículos, e mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações que lhe competem.

2.9. Só poderão realizar o transporte, os veículos que comprovarem ano de fabricação igual ou inferior a 20 (vinte) anos, ou seja, veículos fabricados a partir de 1998.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

2.10. As quantidades constantes no quadro acima (item 01 e 02) poderão não ser adquiridas pelo Município. Se adquiridas serão fornecidas pela(s) licitante(s) vencedora(s), mediante emissão de Autorização de Fornecimento (empenho), de acordo com disposto neste edital, sendo que dentro do prazo de validade do contrato poderão ser utilizadas as quantidades até 100 % (cem por cento) do constante neste contrato.

2.11. Este contrato terá vigência até o término do ano letivo do ano de dois mil e dezoito.
Parágrafo Único - O presente instrumento de contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

Parágrafo Único – No caso de a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – Quando houver redução de preço dos combustíveis, por determinação do Governo Federal, serão reduzidos os preços dos serviços contratados, de acordo com as cotações deste insumo nas planilhas de custos.

CLÁUSULA QUINTA - Compete à CONTRATADA, as seguintes obrigações:

- a) Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do MUNICÍPIO;
- b) Cumprir os horários e trajetos fixados pelo MUNICÍPIO;
- c) Iniciar os serviços após a assinatura do contrato;
- d) Contratar seguro contra danos materiais e pessoais para os alunos e condutores, de acordo com as coberturas previstas no edital;
- e) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

- f) Apanhar os alunos nos locais determinados pelo MUNICÍPIO;
- g) Tratar com cortesia os alunos e os agentes de fiscalização do MUNICÍPIO;
- h) Cumprir as determinações do MUNICÍPIO;
- i) Submeter seus veículos às vistorias técnicas determinadas pelo MUNICÍPIO;
- j) Manter seus veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- l) Arcar com as despesas referentes aos serviços, objeto do presente contrato, inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais, incidentes sobre os serviços prestados;
- m) Efetuar pontualmente os recolhimentos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- n) Manter durante todo o prazo de vigência contratual, as condições da habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida;
- o) Em caso de acidente envolvendo o veículo contratado ou por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;
- p) Manter o serviço em funcionamento, substituindo o veículo em serviço por outro com as mesmas condições de trafegabilidade, conforto, itens de segurança e identificação de acordo com as exigências do CNT e do edital, sempre que necessário;
- q) Manter o veículo utilizado no transporte escolar em perfeito atendimento às determinações do Código Nacional de Trânsito, em especial do seu art. 136.

CLÁUSULA SEXTA - Os serviços deverão ser executados diretamente pela CONTRATADA, sendo expressamente proibido a transferência a qualquer título, sob pena de acarretar rescisão contratual;

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA não poderá transportar pessoas estranhas ao contrato, sob pena de rescisão imediata do contrato;

CLÁUSULA OITAVA – DOS VEÍCULOS E DOS CONDUTORES:

- a) - Os veículos colocados à disposição dos serviços contratados deverão observar as determinações do Edital e ainda atender as exigências do Código Nacional de Trânsito, principalmente as especiais ao transporte de escolares, tais como: tacógrafo; pintura do dístico ESCOLAR, e todos os demais itens exigidos por aquela lei e pelo edital.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

- b) Os veículos deverão estar nas condições exigidas pelo edital, pelo Código Nacional de Trânsito e por este contrato até o primeiro dia do início da execução do presente contrato;
- c) Os condutores dos veículos escolares deverão comprovar que possuem carteira de habilitação e curso de formação de condutores compatíveis com a legislação vigente, bem como certidão negativa de registro de distribuição criminal, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, e, ainda, a comprovação de que não cometeram nenhuma infração grave ou gravíssima, ou que foi reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses; (art. 138 CTB);
- d) Os condutores do transporte escolar deverão frequentar os cursos, treinamentos, palestras e similares promovidos pelo MUNICÍPIO, sempre que solicitados.

CLÁUSULA NONA - Compete ao MUNICÍPIO:

- a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- b) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores na forma da lei, das normas pertinentes e deste contrato;
- c) cumprir e fazer cumprir as cláusulas do presente contrato;
- d) zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos alunos, que serão cientificados, em até 03 (três) dias, das providências tomadas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA - A CONTRATADA deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos alunos, conforme estabelecido neste contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, devendo para tanto, procurar modernizar seus veículos, mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações constantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A CONTRATADA deverá manter os serviços pactuados, mesmo nos casos em que os seus veículos não oferecerem condições para realizar os serviços, devendo para tanto, a CONTRATADA providenciar a contratação de outro veículo similar para realização dos serviços, em caráter excepcional e por um período não superior



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

a 05 (cinco) dias, cabendo à CONTRATADA os encargos e ônus decorrentes da contratação, recebendo o valor estipulado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - São direitos e obrigações dos alunos:

- a) receber serviço adequado;
- b) receber do MUNICÍPIO e da CONTRATADA, informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- c) levar ao conhecimento do MUNICÍPIO e da CONTRATADA as irregularidades de que tenham notícia, referentes ao serviço prestado;
- d) comunicar ao MUNICÍPIO e às demais autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos na prestação dos serviços;
- e) contribuir para a permanência das boas condições dos bens utilizados na prestação dos serviços;
- f) cooperar com a fiscalização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O MUNICÍPIO poderá rescindir o contrato, independentemente da conclusão por prazo, nos seguintes casos:

- a) manifesta deficiência do serviço;
- b) desobediência aos preceitos e exigências estabelecidos na legislação, no edital e neste contrato;
- c) falta grave a juízo do MUNICÍPIO, devidamente comprovada, após garantido o contraditório e a ampla defesa;
- d) paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvada as hipóteses de caso fortuito ou força maior;
- e) descumprimento do prazo para início da prestação do serviço;
- f) prestação dos serviços de forma inadequada;
- g) rescisão, em conformidade com o art. 78 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93;
- h) perda, por parte da CONTRATADA, das condições econômicas, técnicas ou operacionais necessárias à adequada prestação dos serviços;
- i) descumprimento, pela CONTRATADA, das penalidades impostas pelo MUNICÍPIO.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

0603 12 361 0114 2018 339039 00000000 0020 -

0603 12 361 0114 2018 339039 00000000 0031

0603 12 361 0114 2018 339039 00000000 1025

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo do MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de Educação, ou por outro órgão competente que por ventura venha a ser criado no Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite de 25% permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A legislação aplicável ao presente contrato e aos casos omissos será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Fica eleito o foro de Tramandaí/RS para as questões dele resultantes, com expressa renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza jurídicos e legais efeitos. .

Balneário Pinhal, _____ de _____ de 2018.

MUNICÍPIO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS





Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

ANEXO IV

DECLARAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2018

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações públicas e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no Processo Licitatório nº 040/2018, PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2018, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante Legal



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR
Nº 123/2006

Para fins do disposto neste Edital, declaro, sob as penas da lei, que a licitante _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Local e Data,

Representante Legal (nome e assinatura)

Contador da Licitante (nome, assinatura e nº CRC)

Esta declaração deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações, na abertura da sessão quando do credenciamento dos licitantes FORA DOS ENVELOPES.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

A empresa, CNPJ nº,
sediada à

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva; emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

Balneário Pinhal/RS,dede 2018.

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Balneário Pinhal
Secretaria Municipal de Administração
"Uma Praia de Todos"

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2018

TERMO DE VISTORIA

Declaramos que o(s) veículo(s) abaixo relacionado(s) foi objeto de vistoria geral nesta data, conforme item 1.3 "a" até "g", e 1.5 Item "Exigências do veículo", do Edital correspondente, estando o(s) mesmo(s) apto(s) a participar do Pregão Presencial nº 011/2018 do Município Balneário Pinhal/RS.

Proprietário	Ano	Placas	Chassi

Balneário Pinhal/RS, de de 2018.

Declaro a conferência

Esta declaração deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações, na abertura da sessão quando do credenciamento dos licitantes FORA DOS ENVELOPES.

